

Exmo. Senhora Presidente da

Comissão de Orçamento Finanças e
Modernização Administrativa,

Deputada Teresa Leal Coelho

S. Bento, 17 de março de 2017

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Ministro das Finanças Mário Centeno sobre o processo de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente sobre o encerramento de balcões e redução do número de trabalhadores

A Caixa Geral de Depósitos é o maior banco a operar em Portugal, e também o único, entre os maiores e para além do Novo Banco, com capital exclusivamente nacional. Não é por acaso, uma vez que a Caixa também é um banco exclusivamente detido por capitais públicos.

A propriedade pública da Caixa confere-lhe deveres acrescidos. Espera-se, do banco público, que possa ser um instrumento ao serviço do financiamento da economia e do emprego, um garante do acesso aos serviços bancários, e um exemplo de boas práticas em todos os campos da sua atuação. Espera-se, da mesma forma, que seja um pilar da estabilidade financeira do país e, para que continue a desempenhar esse papel, a sua recapitalização é essencial.

O Bloco de Esquerda rejeita a utilização do processo de recapitalização da Caixa como arma de arremesso político. Sob o pretexto da transparência mais não se fez do que polemizar gratuitamente um tema que deveria ser tratado com a serenidade que a sua importância exige. Não podemos, no entanto, aceitar que também a pretexto do processo

de recapitalização – que apoiamos – se isente de escrutínio a reestruturação que está a ser levada a cabo no banco público.

Sendo verdade que já vários dos elementos deste plano já foram comunicados e debatidos, há dois temas que merecem especial escrutínio. O primeiro diz respeito à rede de balcões da Caixa e o segundo à redução do número dos seus trabalhadores.

Até hoje nunca foi possível conhecer ou debater os planos para encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos. As notícias têm chegado, por isso, de forma parcial e a partir de denúncias locais. O Bloco de Esquerda entende que uma das obrigações da Caixa enquanto banco público reside precisamente na manutenção de uma rede de agências que garantam o acesso a serviços bancários em todo o país. Sem excluir a possibilidade de uma análise e revisão da sua rede de balcões, a Caixa tem obrigação de estar onde o privado não chega. Acima de tudo, tem a obrigação de ser transparente quanto ao seu plano de presença geográfica.

Em segundo lugar é preciso renovar as garantias que a redução do número de trabalhadores não será feita com recurso a rescisões ‘amigáveis’ com base em pressões e ameaças, mais ou menos veladas, como assistimos já noutras instituições bancárias, nomeadamente no Novo Banco. A caixa tem obrigação de ter uma atitude irrepreensível na relação com os seus trabalhadores.

Desta forma, e para que estas matérias possam ser esclarecidas e debatidas, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, vem requerer a presença do Ministro das Finanças na Comissão de Orçamento e Finanças.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Ministro das Finanças.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua